



61º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Belo Horizonte – MG

ATA DO 61º COPTREL

Aos 8 dias do mês de novembro do ano 2013, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais – COPTREL, nas pessoas de seus representantes, para cumprir a programação previamente elaborada de acordo com as propostas das Presidências dos Regionais, adiante especificadas.

Após o credenciamento dos participantes, foi instalada a sessão solene de abertura, apresentando-se as seguintes autoridades para compor a Mesa de Honra: Excelentíssima Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais; Desembargador Antônio Carlos Cruvinel, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Vice-Presidente e Secretário em exercício do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais; Desembargador Wander Paulo Marotta Moreira, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; e Desembargador Geraldo Augusto de Almeida, Membro Substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Procedeu-se, então, à execução do Hino Nacional.

Em seguida, foram apresentados os presidentes participantes e demais autoridades e servidores presentes. Dando início à solenidade, o Desembargador Pascarelli, Presidente do COPTREL, saudou a todos nas pessoas da Ministra Cármen Lúcia e do Desembargador Antônio Carlos Cruvinel. Exaltou a organização do evento e ressaltou o apoio prestado pela Ministra Cármen Lúcia ao Colégio e aos Regionais, fundamental para o sucesso e a tranquilidade da eleição de 2012.

Ato contínuo, o Desembargador Antônio Carlos Cruvinel, anfitrião do evento, agradeceu a presença de todos e passou a palavra à Ministra Cármen Lúcia, a qual iniciou seu pronunciamento agradecendo a presença



61º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Belo Horizonte – MG

dos Presidentes. Informou que estão sendo encaminhados três documentos aos Regionais: o relatório de gestão, o documento com o levantamento das providências e das dificuldades da última eleição, e um relatório sobre a biometria. Afirmou que, na próxima quinta-feira, pretende apresentar as demandas dos Regionais na sessão administrativa do Tribunal Superior Eleitoral. Lembrou que, em 20 de abril p.p., foram demandados alguns itens pelos TREs, tais como contratos, logística, urnas eletrônicas, lista de composição dos Regionais, e processo judicial eletrônico. Ressaltou que, com a experiência de 2012, pretende-se não repetir os mesmos erros para 2014. Informou que o grupo de administração e gestão estratégica do TSE está acompanhando os processos de aquisição, e entrou em contato com os Regionais para verificar quais as principais dificuldades enfrentadas, para antecipar os problemas. Ponderou que, quanto a material e logística, as contratações estão adiantadas.

O segundo item a ser resolvido trata-se da demora da nomeação dos membros dos Regionais no período eleitoral. Sugeriu que fosse criado um prazo, mesmo que jurisprudencial, para acelerar os procedimentos.

No terceiro ponto, a Presidente do TSE tratou sobre a biometria e o processo judicial eletrônico. Destacou que havia a pretensão de finalizar a implantação de uma parte do PJE ainda este ano. O PJE está homologado, com a parte normativa publicada, pendente, ainda, a constituição do comitê gestor nacional. Sugeriu que os Presidentes dos TREs fizessem uma proposta ao Executivo, para que fossem previstas no orçamento as demandas relativas ao espaço físico, principalmente em relação ao parque de informática, necessário à implantação eficiente ao PJE.

Quanto à biometria, ressaltou que é um projeto do Estado brasileiro, e não apenas da Justiça Eleitoral. Foi feito um acordo entre o Executivo e o Judiciário, e o orçamento foi repassado à esta justiça especializada para a realização da coleta de dados em razão de sua eficiência. Registrou sua preocupação em relação aos kits biométricos, os quais ainda não chegaram como previsto.



61º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Belo Horizonte – MG

Propôs que, ao terminar as eleições de 2014, seja feita a avaliação dos pontos positivos e negativos, a fim de elaborar um planejamento para os próximos pleitos, evitando-se a descontinuidade da carteira de programas.

Ponderou, ainda, que a Lei de Acesso à Informação gerou a necessidade de uma melhor comunicação entre os órgãos da Justiça Eleitoral, pois a avaliação dos dados não é clara para o cidadão. Ressaltou que o serviço de atendimento ao eleitor, o núcleo de acesso à informação, as ouvidorias e as Corregedorias Eleitorais precisam repensar questões relativas a estrutura, normas, ação e prestação de contas. Defendeu uma atuação maior das Corregedorias, definindo procedimentos administrativos claros, para que possam lidar de maneira hábil com as mídias sociais. Registrou sua preocupação quanto às eleições de 2014, em razão da insatisfação da sociedade, espelhada nos últimos movimentos populares.

Quanto às demandas dos Regionais relativas a espaços físicos, informou que as urgências foram resolvidas, mas, quanto às demais, pediu audiência com Ministra do Planejamento, para esclarecer as questões relativas ao orçamento.

A Ministra Cármen Lúcia solicitou, ainda, atenção do Colégio de Presidentes à questão da composição da Justiça Eleitoral. Levantou a necessidade de se discutir melhor a questão para o encaminhamento de informações mais substanciais aos congressistas.

A última questão abordada pela Presidente do TSE referiu-se ao julgamento dos processos relativos à eleição de 2012. Solicitou que se fizesse um levantamento do percentual de processos provenientes desse pleito, e o quantitativo de julgados. Sugeriu que os Regionais façam mutirões localizados para que os processos sejam julgados com maior celeridade nas zonas eleitorais.

Ao final, agradeceu a contribuição dos presidentes, dos juízes eleitorais e dos servidores em sua administração frente ao Tribunal Superior Eleitoral.



61º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Belo Horizonte – MG

O Presidente do Colégio, Desembargador Pascarelli, a Desembargadora Letícia, Presidente do TRE-RJ, e o Desembargador Marco Villas Boas, Vice-Presidente do TRE-TO, o Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, Presidente do TRE-MA, o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro, Vice-Presidente do TRE-SP, e o Juiz Breno Vanderlei Segundo, representante do TRE-PB, prestaram homenagens à gestão da Ministra Cármen Lúcia frente ao Tribunal Superior Eleitoral, em razão de sua eficiente atuação.

O Presidente do TRE-MG, Desembargador Antônio Carlos Cruvinel, apresentou o Projeto "TRE Aqui", implantado naquele Regional, que se trata de um ônibus adaptado para o atendimento biométrico, o qual atende às populações das diversas regiões do Estado de Minas Gerais na prestação de serviços. Ato contínuo, agradeceu o pronto atendimento da Ministra Cármen Lúcia às demandas dos Regionais.

Ao final dos trabalhos da manhã, os Presidentes foram convidados para a fotografia oficial do evento.

Retomando a pauta, o Presidente Desembargador Pascarelli abordou a questão relativa à PEC nº 31, que trata da federalização da Justiça Eleitoral. O Desembargador Antônio Carlos Cruvinel, após pedir desculpas por qualquer falha que tenha ocorrido na organização do evento, iniciou sua explanação sobre o assunto, fazendo um pequeno histórico da gratificação eleitoral. Propôs uma mobilização dos Presidentes junto ao Poder Legislativo para evitar que a PEC seja aprovada. Destacou que a maior capilaridade da justiça comum em relação à federal é fundamental para a continuidade da prestação de serviços de excelência da Justiça Eleitoral. A Presidente do TRE-SE, Desembargadora Maria Aparecida Silva, sugeriu que fossem levados aos congressistas dados concretos, elementos que embasassem a permanência da função eleitoral na justiça comum. O Desembargador Antônio Carlos Cruvinel reiterou a necessidade de um acompanhamento constante da questão pelos Presidentes.

No item seguinte da pauta, o Desembargador Antônio Carlos



61º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Belo Horizonte – MG

Cruvinel abordou a questão relativa à falta de representatividade da justiça eleitoral no Conselho Nacional de Justiça. Ponderou que todos os demais ramos da justiça possuem representantes perante aquele Conselho. Propôs promover uma gestão junto ao CNJ para que esta justiça especializada tenha um Conselheiro naquele Órgão Superior. Após intervenção da Desembargadora Presidente do TRE-SE, o Colégio deliberou discutir melhor a questão em outra oportunidade, concentrando-se os esforços na mobilização para a manutenção da gratificação eleitoral na justiça comum.

Em relação ao último assunto da pauta, o Desembargador Antônio Carlos Cruvinel tratou da matéria relativa ao recesso forense. Relatou a situação recorrente enfrentada pelo TRE-MG, quanto aos plantões de final de ano e quanto ao horário matutino. Propôs que os Tribunais adotassem uma medida única, um critério que normatizasse definitivamente o assunto no âmbito dos Regionais. O Vice-Presidente do TRE-RO, Desembargador Sansão Saldanha, informou que o TSE possui uma resolução que determina que serviço extraordinário prestado seja computado para o banco de horas. O Presidente do TRE-GO, Desembargador João Waldeck, ressaltou que está regulamentando a questão do banco de horas naquele Regional, inclusive com teto de horas a serem compensadas, em razão dos problemas enfrentados. O Desembargador Pascarelli, Presidente do Colégio, solicitou que o Desembargador Antônio Carlos Cruvinel, Presidente do TRE-MG, encaminhasse a proposta aos demais Regionais para apreciação.

Não havendo mais temas a tratar, o Presidente do Colégio, Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, declarou encerrado o 61º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, conclamando-os a assinarem a CARTA DE BELO HORIZONTE. A presente ata foi elaborada por mim, Desembargador ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL, Secretário em exercício, que mandei digitar, rubricando-a a fim de conferir-lhe autenticidade, sendo assinada pelos membros que integram o corpo diretivo do Colégio de Presidentes da Justiça Eleitoral. Belo Horizonte - MG, 8 de novembro de 2013.



61º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Belo Horizonte – MG

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Presidente do TRE/AM e do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais
Eleitorais


Desembargador ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL

Presidente do TRE/MG, Vice-Presidente e Secretário em exercício do Colégio
de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais